

AVALIAÇÃO ESCOLAR E (IN)DISCIPLINA

Laura Cristina Vieira Pizzi*

Durante toda a década de 80, as discussões em torno do processo de avaliação escolar traziam à tona um dos seus principais aspectos: a relação autoritária existente por trás desta prática secular.

Muitos autores se debruçaram sobre este tema. Magda B. Soares assim coloca esta questão:

“A avaliação exerce o controle do conhecimento na medida em que define o que deve saber o estudante, avalia se ele sabe tudo o que deve saber e apenas o que deve saber, e ainda se sabe tal como deve saber. Dessa maneira, a avaliação é uma forma de dominação (...)” (SOARES, 1981, 47-48).

Através do controle sobre o saber, definido muitas vezes sem levar em consideração a origem sócio-cultural dos alunos, a avaliação pode tornar-se uma prática autoritária, uma vez que limita, sob a perspectiva da classe dominante, o campo cultural dos alunos. Esta é, sem dúvida, uma assertiva geradora de amplas discussões e que não nos cabe aqui resolver, até porque este é apenas um dos aspectos possíveis da discussão sobre a relação entre avaliação e poder.

LUCKESI aponta outro caminho, voltando-se mais para o papel do professor

neste processo, uma vez que é ao professor que cabe, em última instância, definir sobre a vida escolar do aluno, sua aprovação ou repetência. Este fato repercute na vida do aluno fora da escola, em particular na vida profissional.

Através da avaliação, o professor exerce seu poder e autoridade na sala de aula. É um poder que transcende a cobrança sobre os conteúdos, mas que está intimamente relacionado às suas percepções quanto ao seu papel no contexto social, assim como ao da escola.

A avaliação é a ponta o iceberg de um problema maior. Aparentemente tudo segue normalmente na escola, até que surgem os períodos das avaliações. Todo o trabalho desenvolvido durante meses fica exposto, podendo perder-se em poucos dias. Outros problemas referentes aos processos de ensino, aprendizagem e à relação entre professores e alunos em sala de aula emergem nos momentos de avaliação e, muitas vezes, acirram-se nos Conselhos de Classe¹. Não é por acaso que muitas escolas optam pela não participação dos alunos nestes.

Avaliar não é uma tarefa tranqüila para professores e alunos, principalmente para estes últimos, uma vez que são o “objeto” avaliado.

* Professora de Didática do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia. Mestra em Educação pela UFRGS.

1. Nas Escolas Estaduais do Rio Grande do Sul, por exemplo, os alunos podem participar dos Conselhos de Classe.

Outra afirmação sobre a avaliação, já em meados da década de 80, levou às escolas a idéia de totalidade. O aluno deve ser avaliado globalmente. Tudo no aluno deve ser avaliado. Vejam estas preocupações levantadas por uma Orientadora Educacional:

“É um dos grandes problemas que nós enfrentamos. (...) Acho que ela (a avaliação) nunca é feita como deveria ser. Porque se diz assim: se avalia o aluno sob todos os aspectos, não só a prova feita. Mas na verdade o aluno é avaliado somente através da prova que ele presta em sala de aula. (...) Há uma contradição quando tu dizes para o aluno: tu deves participar, tu tens que colaborar, tu tens que mostrar o teu empenho, o teu comportamento é importante porque tudo isso é avaliado. Aí ele tira a média 5,5 e aparece 5,5 lá. Aí os alunos nos perguntam: mas professora, tu não disseste que nós somos avaliados sob outros aspectos, comportamento, disciplina, participação, colaboração? Como é que a nota deu aquilo que eu tirei nas provas?” (PIZZI, 1992, 80-81).

Fica claro neste longo depoimento que se exige do aluno mais do que a mera apreensão e compreensão de conteúdos ensinados. Ao mesmo tempo transparece a dificuldade em levar a cabo esta pretensa totalidade.

Este é o primeiro ponto que queremos problematizar. A idéia de se avaliar o aluno na sua totalidade parece-nos inicialmente muito boa. Na verdade, esta iniciativa não é nova. Ela surge antes mesmo do surgimento da instituição escolar, quando o homem começa a se preocupar com a formação das novas gerações. Isto implica, por sua vez, ensinar valores e atitudes de acordo com os valores morais da sociedade vigente historicamente. Assim a escola hoje o faz,

juntamente com as demais instituições, tais como a família e a igreja.

A primeira dificuldade reside em definir o que é este “todo”. Certamente muitos professores divergirão no momento de especificá-lo. Para muitos pode ser a criatividade, a autonomia, o empenho individual, o esforço empreendido e todas as manifestações que levem a crer que o aluno gosta de estudar a sua disciplina ou se identifica muito com ela. Mas, para outros tantos professores, esta totalidade pode significar apenas “bom comportamento”. Aqui começa o segundo problema.

O professor, através da idéia da “avaliação global”, pode estar distribuindo notas para os alunos “bem comportados” e tirando nota dos alunos considerados “indisciplinados”. Mesmo quando não reserva uma cota específica com o título de “participação”, acaba premiando os disciplinados através dos famosos arredondamentos, talvez a opção que prejudica menos os alunos.

Mas a disciplina não é importante?

A disciplina, diríamos, é fundamental. Não porque facilita o trabalho do professor em sala de aula, mas porque existe um objetivo a ser alcançado: a aprendizagem. Aprender, infelizmente, nem sempre acontece brincando. Isto é uma mistificação que os professores logo descobrem.

Enfim, avaliar não é uma tarefa fácil nem para os alunos, nem para os professores. A necessidade de organização vale para ambos, principalmente nas escolas públicas, dado o grau de sucateamento em que se encontram.

O professor, ao optar pela nota de participação ou pela avaliação global, deve ter claro o que ambas significam e, principalmente, ter muito claro que cidadão deseja formar. Pessoas submissas ou participantes? O aluno pode ser participante quando o professor demarca com ele os limites do que será avaliado, bem como os seus motivos.

O aluno tem o direito de saber o que e como será avaliado. Além de diminuir sua angústia, torna a prática pedagógica do professor mais democrática.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que a avaliação, na forma como a adotamos na maioria das vezes, tem sua origem nas Escolas Tradicional e Tecnicista. Mudar esta situação cabe principalmente ao professor, ciente que deve estar da responsabilidade que tem em mãos. Para tanto, precisamos todos de muita disciplina, estudo e projeto político claro - a verdadeira base de qualquer mudança significativa e consistente.

Bibliografia

- APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- D'ANTOLA, Arlete (Org.) *Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo*. São Paulo: EPU, 1989.
- ENGUITTA, Mariano. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Revista de Educação AEC*. Ano 15, nº 60, abril/julho de 1986, pp. 23-37.
- LÜDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (Coords.) *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. Campinas-SP: Papirus, 1992.
- PIZZI, Laura C. V. *A organização do trabalho escolar e os especialistas da educação*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Distribuição do conhecimento e reprodução social. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, nº 13, 1988, pp. 3-16.
- SOARES, Magda B. Avaliação educacional e clientela escolar. In: PATTO, M. Helena S. *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Quieroz Editor, 1981, pp. 47-53.